



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO**

RESOLUÇÃO Nº 14/2019

Regulamenta o Concurso Vestibular 2020.1, para ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como no Parecer nº 95/98, de 02 de dezembro de 1998, do Conselho Nacional de Educação;

Considerando o determinado na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, bem como na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, com alterações dadas pelas Portarias Normativas MEC nº 19, de 06 de novembro de 2014 e nº 1.117, de 1º de novembro de 2018;

Considerando o disposto no Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001; Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002, do Conselho Nacional de Educação; Resolução nº 02, de 28 de abril de 2008, do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Básica do MEC; Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, da Presidência da República; Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, da Presidência da República e Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012;

Considerando a necessidade de prova de Habilidade Específica para o Concurso Vestibular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo;

Considerando as peças constantes no Processo Nº 042313/2019-37, e

Considerando a urgência da matéria,

RESOLVE, *ad referendum*:

Art. 1º O Concurso Vestibular, para ingresso no Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, destina-se à classificação de candidatos, mediante a avaliação de seu desempenho, de acordo com o

disposto nesta Resolução.

Art. 2º Serão ofertadas 50 (cinquenta) vagas para o Concurso Vestibular 2020.1 do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em turno integral, período 2020.1, observando o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, bem como na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, com alterações dadas pelas Portarias Normativas MEC nº 19, de 06 de novembro de 2014 e nº 1.117, de 1º de novembro de 2018, conforme o Anexo desta Resolução.

Parágrafo único. O processo seletivo para entrada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo realizar-se-á mediante Concurso Vestibular, com edital específico.

Art. 3º Em observância ao Artigo 1º da Lei nº 12.711, a UFCG implementará o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da reserva de vagas, para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, observadas as seguintes condições:

I – mínimo de 50% (cinquenta por cento) das vagas de que trata o *caput* serão reservadas aos estudantes com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*; e

II – proporção do total de vagas no mínimo igual à da soma de pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no Estado da Paraíba, será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e às pessoas com deficiência.

Parágrafo único. A proporção a que se refere o inciso II, divulgado pelo INEP, para o Estado da Paraíba, é de 58,91% (cinquenta e oito vírgula noventa e um por cento) para a soma de pretos, pardos ou indígenas e de 27,77% (vinte e sete vírgula setenta e sete por cento) para pessoas com deficiência.

Art. 4º Os candidatos que optarem por concorrer à Reserva de Vagas/Cotas e que não forem classificados não mais concorrerão na modalidade de Ampla Concorrência, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação geral, conforme previsto no § 1º do artigo 17 da Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012.

Art. 5º A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade, devendo ser submetida à validação de Comissão constituída especificamente para tal.

Parágrafo único. A presunção relativa de veracidade de que goza a autodeclaração do candidato prevalecerá em caso de dúvida razoável a respeito de seu fenótipo, motivada no parecer da Comissão de Validação à qual ele se apresentar, nos termos desta Resolução.

Art. 6º Todos os candidatos que se autodeclararem com deficiência e que forem selecionados na chamada regular, assim como os convocados da Lista de Suplentes do

Vestibular 2020.1, passarão por análise documental a ser realizada por Comissão formada para essa finalidade, sob a responsabilidade do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e da Pró-Reitoria de Ensino.

§ 1º As comissões de PcD serão compostas de três membros e seus respectivos suplentes, nomeados por portaria conjunta da Pró-Reitoria de Ensino e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

§ 2º O atendimento dos candidatos será definido no Edital do processo seletivo 2020.1.

§ 3º Aqueles candidatos com deficiência que se autodeclararam pretos ou pardos deverão se apresentar também à Comissão de Validação da Autodeclaração.

§ 4º Para fins desta Resolução, será considerada com deficiência – PcD – a pessoa que se enquadra nas categorias previstas no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

Art. 7º Para concorrer às vagas reservadas a candidatos pretos ou pardos ou indígenas – PPI, o candidato deverá assim se autodeclarar, no momento da inscrição no Concurso Vestibular 2020.1, para ingresso no curso de Licenciatura em Educação do Campo, de acordo com os critérios de raça e cor utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 8º O Concurso Vestibular será executado pela Comissão de Processos Vestibulares – COMPROV.

DA INSCRIÇÃO

Art. 9º Poderá se inscrever no Concurso Vestibular 2020.1, de que trata esta Resolução, exclusivamente, o candidato que tenha realizado o Exame Nacional de Cursos do Ensino Médio (ENEM) em qualquer um dos anos 2015, 2016, 2017, 2018 ou 2019, e atenda ao menos a um dos seguintes critérios:

I – atue na agricultura familiar, ou seja, dependente de família que realize essa forma de produção;

II – seja empregado rural ou seu dependente;

III – seja assentado da Reforma Agrária ou seu dependente;

IV – seja professor em exercício do magistério do ensino fundamental e médio da rede pública ou rede privada de ensino;

V – seja quilombola, cigano ou pescador artesanal;

VI – seja integrante de movimento social do campo;

VII – jovens e adultos que tenham nascido ou que residam no território do Semiárido brasileiro.

Parágrafo único. O público geral também poderá se inscrever no Concurso Vestibular 2020.1 de que trata esta Resolução, contudo, a classificação será feita caso as vagas ofertadas não sejam preenchidas pelos candidatos que atendam a um dos incisos deste Artigo.

Art. 10. O Concurso Vestibular 2020.1, aqui referido, será aberto por meio de Edital publicado pela COMPROV e Pró-Reitoria de Ensino – PRE, que especificará, entre outras instruções complementares, a forma de inscrição.

Art. 11. No ato da inscrição, o candidato deverá manifestar sua opção em concorrer pelas vagas reservadas, atendendo a um dos critérios expressos no artigo 5º acima.

Art. 12. Somente poderão concorrer às vagas reservadas de que trata o artigo 3º desta Resolução, os estudantes que:

I – tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

II – tenham obtido certificado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou ainda, de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos, realizados pelos sistemas estaduais de ensino, devendo, nestes dois últimos casos, declarar não ter concluído o ensino médio em escola particular anteriormente.

Art. 13. As inscrições serão efetuadas exclusivamente pela WEB (internet), no endereço eletrônico < <http://www.comprov.ufcg.edu.br> >.

Art. 10. No ato da inscrição, o candidato deverá:

I – acessar o site < <http://www.comprov.ufcg.edu.br> >;

II – preencher integralmente o formulário de inscrição, informando o número do documento de identidade e o seu CPF (Cadastro de Pessoa Física);

III – informar um e-mail válido por meio do qual o candidato acompanhará a divulgação de informações acerca do processo;

IV – verificar se a inscrição foi realizada com sucesso.

DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO

Art. 14. O Processo seletivo será realizado em duas etapas:

I – será utilizada a média aritmética das cinco provas do exame ENEM do ano escolhido durante o processo de inscrição;

II – redação sobre o tema na área da Educação do Campo, como prova de Habilidade Específica.

§ 1º A elaboração e correção da prova referida no inciso II, deste artigo, será de responsabilidade da Comissão constituída pela Unidade Acadêmica responsável pelo Curso.

§ 2º O candidato que não comparecer à prova de Habilidade Específica ou nela for reprovado estará excluído do processo seletivo.

DA APROVAÇÃO

Art. 15. Será considerado aprovado no Concurso Vestibular 2020.1 o candidato que satisfizer todas as seguintes condições:

I – houver obtido pontuação igual ou superior a 400 (quatrocentos) pontos na média das 05 (cinco) provas do ENEM em um dos seguintes anos: 2015, 2016, 2017, 2018 ou 2019;

II – não houver obtido, na redação, nota igual a zero, conforme Portaria Ministerial nº 391, de 07 de fevereiro de 2002;

III – obtiver, ao menos, 70% por cento de aproveitamento na prova de Habilidade Específica.

Parágrafo único. A aprovação não assegura o acesso às vagas da Universidade Federal de Campina Grande.

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 16. A classificação dos candidatos será feita observando-se a ordem decrescente da Média Aritmética obtida pelo candidato, iniciando-se a classificação pelos candidatos que optaram pelas vagas reservadas.

§ 1º A média aritmética de cada candidato será obtida a partir das notas das duas etapas do processo seletivo.

§ 2º No caso de empate, terá preferência, na ordem de classificação, o candidato com maior nota na prova de habilidade específica.

§ 3º Considerando-se o total de vagas oferecidas pelo curso e persistindo o empate na disputa pela última vaga, serão classificados todos os candidatos que se encontrem em situação de empate.

DO CADASTRAMENTO (REGISTRO ACADÊMICO)

Art. 17. O cadastramento (registro acadêmico) no curso de graduação é obrigatório e somente permitido a candidatos classificados, portadores de escolaridade completa, em nível de Ensino Médio ou equivalente.

Parágrafo único. O não comparecimento do candidato, para a efetivação de seu cadastramento (registro acadêmico), implicará na perda do direito aos resultados dessa classificação no Concurso Vestibular.

Art. 18. O cadastramento (registro acadêmico) e matrícula para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, em turno integral, será realizado pela Coordenação de Curso, de acordo com instruções para cadastramento (registro acadêmico) e matrícula em Atividades Acadêmicas Curriculares, que serão divulgadas juntamente com o Resultado Final desse Concurso, na página da COMPROV/UFCG e na secretaria da Unidade Acadêmica de Educação do Campo – UAEDUC.

Art. 19. Para efetuar o cadastramento e a matrícula, os candidatos convocados deverão:

I – apresentar no ato do cadastramento (registro acadêmico):

a) Documento de Identidade (no caso de candidato estrangeiro, Cédula de Identidade expedida pela Polícia Federal, ou passaporte, com Visto Temporário de Estudante válido);

b) CPF (Cadastro de Pessoa Física);

c) Certificado de Conclusão do Ensino Médio, ou equivalente;

d) Histórico Escolar do Ensino Médio;

e) Título de Eleitor, para brasileiros maiores de 18 anos;

f) documento que comprove a quitação com as obrigações do serviço militar, para o candidato homem, maior de 18(dezoito) anos;

g) Certidão de nascimento ou casamento;

h) comprovante de residência;

i) se cotista, comprovar: Ensino Médio Integral em escola pública e/ou renda $\leq 1,5$ salário mínimo e/ou Preto/Pardo/Indígena ou pessoa com deficiência;

II – apresentar documentação comprobatória de uma das seguintes condições, constantes do artigo 5º, mediante os seguintes documentos:

a) Declaração de vínculo com a família produtora rural, redigida de próprio punho;

b) Declaração da escola, quando o candidato trabalhar no estabelecimento;

c) pelo menos um dos documentos comprobatórios da condição “residir e/ou trabalhar no espaço sócio-territorial do campo” abaixo relacionados:

c.1. Declaração do Órgão Municipal de Ensino ou da Secretaria Estadual de Educação/Escola/Superintendência, de que o(a) candidato(a) exerce função docente ou administrativa em escolas que atendem à população que reside no campo.

c.2. Carteira de Trabalhador Rural (titular e/ou dependente) emitida pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais ou, caso não conste na carteira de trabalhador rural, será necessária uma declaração do grau de parentesco.

c.3. Declaração, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de que o candidato está inscrito no seu sistema de cadastro como beneficiário do Programa de Reforma Agrária (SIPRA).

c.4 Declaração, de organizações governamentais, comunitárias, sindicais e sociais, de que o(a) candidato(a) atua em projetos de educação escolar, ambiental, de economia solidária, de agroecologia, cultural, de lazer, dentre outros.

Parágrafo único. Essas organizações devem estar devidamente registradas como de utilidade pública e sem fins lucrativos, e, nesse caso, o candidato deverá providenciar uma cópia da Ata de eleição e posse da Diretoria Atual da entidade, assinada pelo Representante Legal, com o número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Art. 20. Perderá o direito à classificação obtida no Concurso Vestibular, e, conseqüentemente, à vaga no curso, o candidato convocado que:

I – não comparecer ao cadastramento (registro acadêmico);

II – não apresentar, no ato de cadastramento (registro acadêmico), a documentação exigida nos termos do Edital que rege o certame.

Art. 21. O cadastramento (registro acadêmico) de candidato classificado para o curso do qual já é aluno, devidamente matriculado, não implica preenchimento de vaga, ficando esta a ser ocupada de acordo com a forma prevista no Artigo 3º desta Resolução.

Art. 22. Observado o disposto no Art. 3º, as vagas remanescentes, após o cadastramento (registro acadêmico), serão preenchidas obedecendo a lista de espera.

Art. 23. A classificação resultante do Concurso Vestibular 2020.1 para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo somente terá validade para cada edital específico conforme o artigo 2º desta Resolução.

Parágrafo único. A PRE publicará edital, informando a data de convocação e o período de cadastramento para os cursos com ingresso no Concurso Vestibular 2020.1.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Será excluído do Concurso Vestibular, em qualquer fase, o candidato que utilizar processo fraudulento na inscrição, usar meios ilícitos na sua realização, e ou tentar subornar qualquer membro da COMPROV, durante todo o processo.

Parágrafo único. O candidato excluído ainda poderá estar sujeito às ações cíveis e penais, levando-se em conta a gravidade da ocorrência e os danos materiais ou pessoais que houver causado.

Art. 25. Os recursos referentes ao Concurso Vestibular deverão ser apresentados à Pró-Reitoria de Ensino até 05 (cinco) dias após a divulgação dos resultados pela COMPROV, observando-se o que dispõe esta Resolução.

§ 1º A Pró-Reitoria de Ensino apreciará a matéria, conclusivamente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de envio através do site da COMPROV.

§ 2º Da decisão da Pró-Reitoria de Ensino, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, à Câmara Superior de Ensino, que decidirá em caráter definitivo, sobre o recurso interposto.

§ 3º O recurso à Câmara Superior de Ensino só poderá ser formulado em atendimento ao artigo 10 da Resolução CSE/UFCG nº 26/2007, que homologa o Regulamento de Ensino de Graduação.

Art. 26. Anualmente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do resultado final do Concurso Vestibular, a COMPROV encaminhará relatório avaliativo à Pró-Reitoria de Ensino, para análise e pronunciamento da Câmara Superior de Ensino, devendo esse relatório, juntamente com a síntese da avaliação, ser disponibilizado à comunidade interessada, para conhecimento e apresentação de sugestões.

Art. 27. É de inteira responsabilidade do candidato a leitura desta Resolução, bem como o acompanhamento da publicação de todos os atos, instruções, adendos, comunicados, chamadas ao longo do período em que se realiza este Processo Seletivo, não podendo deles alegar desconhecimento ou discordância.

Art. 28. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino, cabendo recurso à Câmara Superior de Ensino no prazo de 10 (dez) dias após ciência do interessado.

Art. 29. Os recursos não terão efeito suspensivo.

Art. 30. Não é permitido ao estudante manter vínculo simultâneo com dois ou mais cursos em Instituição de Ensino Superior Pública, nos termos da Lei nº 12.089, de 11 de

novembro de 2009, publicada no D.O.U. de 12 de novembro de 2009.

Art. 31. Informações sobre atos de reconhecimento do curso, qualificação do corpo docente e recursos materiais disponíveis (Lei 13.168, de 6 de outubro de 2015) encontram-se na Pró-Reitoria de Ensino e na Coordenação de curso.

Art. 32. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 18 de dezembro de 2019.

ALARCON AGRA DO Ó
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CONSELHO UNIVERSITÁRIO
CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO
(ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 14/2019)

QUADRO DE VAGAS

1106596 – INTERDISCIPLINA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - INTEGRAL									
A0	L 1	L 2	L 5	L 6	L 9	L 10	L 13	L 14	Total
25	3	5	2	5	2	3	2	3	50

Legenda:

A0: Ampla Concorrência.

Em conformidade com a **Lei Nº 12.711/2012** é implementado um percentual de vagas reservadas de **50,0 %** (cinquenta por cento). Assim distribuídas:

L1: Candidatos com Renda Familiar Bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L2: Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com Renda Familiar Bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L5: Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L6: Candidatos autodeclarado pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L9: Candidatos com deficiência, com Renda Familiar Bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L10: Candidatos com deficiência, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com Renda Familiar Bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo, que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L13: Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).

L14: Candidatos com deficiência autodeclarado pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (**Lei Nº 12.711/2012**).